

RELATÓRIO DE GESTÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EJEF

2016-2018

APRESENTAÇÃO

“Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo.”

(Peter Drucker)

Apresento o relatório das atividades realizadas em minha gestão no período 2016-2018 à frente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), ressaltando que os resultados alcançados derivaram do trabalho coletivo de magistrados, servidores e funcionários, realizado com profissionalismo e comprometimento, merecendo, portanto, o meu reconhecimento e o meu agradecimento.

A contribuição abnegada de cada colaborador favoreceu a obtenção dos resultados múltiplos das áreas de Desenvolvimento de Pessoas e de Gestão da Informação Documental da EJEF, envolvendo os processos de trabalho que vão desde o recrutamento e seleção, formação inicial e continuada, formação de gestores, acompanhamento das carreiras, programa de estágio, até o tratamento de jurisprudência, publicações técnicas, pesquisa e informação especializada, gestão de documentos e gestão arquivística, somando ativos para a melhoria da prestação jurisdicional.

São dignos de destaque os apoios do Presidente do nosso Tribunal de Justiça, Desembargador Herbert José Almeida Carneiro, do 1º e do 3º Vice-Presidentes, Desembargadores Geraldo Augusto de Almeida e Saulo Versiani Penna, do Corregedor-Geral de Justiça e da Vice-Corregedora, Desembargador André Leite Praça e Desembargadora Mariangela Meyer Pires Faleiro.

Cabe ressaltar que esta gestão pautou sua atuação pelos princípios da gestão do conhecimento e da moderna orientação pedagógica, buscando a implementação de uma educação corporativa, balizada pelas metas e objetivos estratégicos do TJMG e orientada pelos atos normativos da Escola Nacional de Formação de Magistrados Ministro Sálvio de

Figueiredo (ENFAM) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em especial pelas diretrizes referentes à gestão de pessoas.

Destaque nesta gestão foram os esforços concentrados para a construção de uma visão compartilhada sobre os rumos da gestão e do desenvolvimento de pessoas no TJMG, levando esta Escola a aprimorar os seus processos pedagógicos e a se renovar, a fim de prosseguir contribuindo, no âmbito da nossa Instituição, para a nobre missão de fazer justiça.

Desembargador Wagner Wilson Ferreira
2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao meu amigo e eterno Presidente do TJMG, Desembargador Herbert Carneiro, sou grato pela acolhida durante o período em que tive a honra de conduzir a nossa Escola Judicial.

Fomos parceiros, sonhadores... e, juntos, concretizamos o nosso compromisso de, ao celebrar as quatro décadas de existência da EJEF, manter a Escola sempre à frente de seu tempo.

Obrigado, Presidente Herbert Carneiro, pela sua presença constante nas atividades da EJEF durante a nossa gestão.

As suas palavras de fé, de esperança e de amor pela humanidade ecoarão para sempre na nossa Escola, nos nossos corações.

Desembargador Wagner Wilson Ferreira
2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes

INTRODUÇÃO

O conteúdo deste relatório foi organizado de forma didática, destacando, em sua parte introdutória, a identidade institucional da EJEJF, contendo a missão e os valores que norteiam a atuação desta Escola Judicial.

Em seguida, foram relacionados os projetos e ações de destaque da Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas (DIRDEP) e da Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (DIRGED), prosseguindo com os resultados obtidos pelas diversas equipes das duas diretorias.

O relato agrupa informações segundo os programas de trabalho correspondentes às áreas internas das Diretorias e os projetos de melhoria desenvolvidos pela EJEJF. Nas diferentes ações envolvendo esses processos, a busca pelo aprimoramento da prestação de seus serviços foi o diferencial das ações da Escola neste biênio de serviço.

O relatório apresenta também o cumprimento das metas físicas e uma análise dos indicadores da EJEJF com os resultados alcançados.

Identidade Institucional

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes

A Escola Judicial foi criada em 1977, por Portaria do então presidente do TJMG, Desembargador Edésio Fernandes, que, como patrono da Escola, teve o seu nome vinculado permanentemente a ela pela Resolução da Corte Superior nº 23, de 7 de maio de 1981.

A EJEJF é o órgão do TJMG responsável pela promoção das atividades inerentes à gestão de pessoas relacionadas ao recrutamento, seleção, integração, valorização, formação, acompanhamento e desenvolvimento dos magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, pela promoção da gestão da informação documental e bibliográfica, bem como pela disseminação do conhecimento especializado do Tribunal.

Atualmente regulamentada pela Resolução da Corte Superior nº 521, de 8 de janeiro de 2007, a EJEJF desenvolve as suas ações de modo a buscar o constante aprimoramento do funcionamento do Poder Judiciário estadual, visando à prestação de um serviço público de qualidade e eficiente, em benefício da sociedade.

O Desembargador Wagner Wilson Ferreira, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, é o atual Superintendente da EJEJF, tendo iniciado suas atividades para o biênio 2016-2018 no dia 1º de julho de 2016.

Missão da EJEJF

Garantir a excelência do recrutamento, seleção, formação inicial e do desenvolvimento contínuo de magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, além de disseminar o conhecimento especializado da Instituição, visando a contribuir para o melhor funcionamento da Justiça, em benefício da sociedade.

Visão da EJEJF

Ser reconhecida no TJMG pela eficácia na implementação de suas ações, políticas e diretrizes de atuação e no atendimento às demandas das áreas e, externamente, como paradigma de excelência na Gestão de Pessoas e Gestão do Conhecimento no Serviço Público Brasileiro.

Valores da EJEJF

- *O ser humano é o agente de transformação das organizações e da sociedade;*
- *Toda instituição pública só se justifica se melhorar a qualidade de vida da população a que serve;*
- *Desenvolvimento e valorização de magistrados e servidores para atuação de forma orientada para a satisfação do cidadão-usuário e para a otimização dos resultados da Instituição;*

- *Ampla acesso às informações especializadas como contribuição para a transformação dessas informações em conhecimento, de forma a alcançar a excelência na prestação jurisdicional;*
- *Ambiente de trabalho saudável, onde a informação clara e objetiva circule entre todos os colaboradores e todos conheçam e estejam envolvidos com as metas a cumprir, com vistas à obtenção de bons resultados;*
- *Todo conhecimento humano tem como fim último o atendimento e o bem-estar da sociedade, seu desenvolvimento e a promoção da pacificação social.*

PROJETOS E AÇÕES DE DESTAQUE DO BIÊNIO 2016-2018

DIRETORIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - DIRDEP

Quatro décadas de história - Aniversário de 40 anos da EJEJ



TJMG: Seminário Comemorativo 40 Anos da EJEJ - 17 de agosto de 2017

No ano de 2017, a EJEJ completou quatro décadas de história e de trabalho realizado junto aos magistrados, servidores e colaboradores da Justiça, sendo motivo de grande orgulho para o TJMG. Em cumprimento à sua missão de garantir o desenvolvimento contínuo de pessoas, a EJEJ celebrou a data com o Seminário “Direito e Formação Humanística: Desafios Contemporâneos do Poder Judiciário”, realizado nos dias 17 e 18 de agosto.

O seminário comemorativo contou com a participação de magistrados, assessores e servidores, incluindo-se no objetivo desta Escola Judicial e da presente gestão de proporcionar uma formação humanística, com enfoque no autodesenvolvimento.

Gestão estratégica e inovação - Modernização da Escola Judicial: que escola queremos ser?

A palestra proferida pela Presidente eleita do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministra Cármen Lúcia, inaugurou as atividades acadêmicas da EJEF para o biênio 2016-2018 com o tema: “O Judiciário no século XXI e sua importância na construção de uma sociedade fraterna”.



TJMG: Abertura das atividades da EJEF - 19 de agosto de 2016

Nesta gestão, os esforços foram concentrados para se construir uma visão compartilhada acerca dos rumos do desenvolvimento de pessoas no TJMG, repensando o próprio papel da Escola Judicial e reforçando o seu protagonismo frente à busca pela qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, visando à efetiva realização da justiça.

Capacitar magistrados, servidores, gestores, estagiários e colaboradores, dentro de um paradigma de educação corporativa de base humanística e voltada à gestão por competências, bem como realizar uma efetiva gestão do conhecimento foram os pontos de partida para a efetivação dessa visão. Para tanto, verificou-se a necessidade de empoderamento pedagógico da Escola Judicial, com a revisão e a assimilação dos princípios político-pedagógicos que norteiam a sua atuação e com a preparação técnica da equipe da EJEF, visando à melhoria dos processos de trabalho e ao planejamento e protagonismo pedagógicos.

Consultoria pedagógica em educação para o trabalho e desenvolvimento do *Projeto Político-Pedagógico da EJEF*

Com o objetivo de melhorar seus processos pedagógicos, a EJEF contratou consultoria especializada em pedagogia do trabalho.

Inicialmente, a consultora, professora doutora Acácia Kuenzer, com vasta experiência junto à ENFAM e a outras Escolas Judiciais do país, analisou os projetos e programas de formação e desenvolvimento, sob a perspectiva de que a educação profissional para a prática jurisdicional ocorre em contextos sociais cada vez mais complexos e que o conhecimento deve ser entendido tanto como reflexão sobre tal realidade, quanto como atividade para transformá-la. Em tal perspectiva, o desenvolvimento de competências para a prática jurisdicional passa a ser categoria central a definir a atuação da EJEJF.

A consultoria enfatizou a necessidade de rever as formas de organização e funcionamento da EJEJF, de repensar o melhor aproveitamento do potencial das pessoas e de redefinir as unidades e competências, sugerindo o trabalho mediante uma estrutura matricial.

Uma das estratégias pedagógicas para aprimorar as ofertas de ações educacionais da EJEJF foi o desenvolvimento de itinerários formativos, os quais renovam a concepção e o planejamento das atividades da Escola, dentro de uma concepção de demanda induzida para a identificação de necessidades e de aprendizagem fundada no protagonismo do aluno. A construção dos itinerários formativos busca promover o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos, levando em consideração os conhecimentos e experiências anteriores do formando e a identificação de processos críticos - e as suas respectivas competências necessárias - para o atingimento das metas estratégicas da Instituição, articulando, assim, as necessidades individuais e laborais de capacitação e conferindo organicidade e efetividade ao processo formativo.



TJMG: Curso de capacitação com abordagem pedagógica

Em seguida, foi elaborado o *Projeto Político-Pedagógico da EJEJF*, que surgiu da necessidade de sistematização do novo processo de formação dos magistrados e servidores do TJMG. O *Projeto* demonstra a experiência formativa do Tribunal e

apresenta os princípios epistemológicos e pedagógicos norteadores para a realização de seus programas de formação inicial e continuada, com ações presenciais e a distância, assegurando sua organicidade, continuidade e integração à missão, visão e metas do TJMG, conjugados com as normas expedidas pelo CNJ e pela ENFAM.

Por fim, foi atualizado o *Plano Educacional* “Educação para o Desenvolvimento Profissional e Excelência do Tribunal de Justiça Mineiro”, com as indicações das ações educacionais a serem desenvolvidas pela EJEJF no período de 2018 a 2020. Esse documento resulta de estudos sobre o contexto sociopolítico da formação inicial e continuada no Judiciário, da análise dos atos normativos pertinentes, das metas e objetivos estratégicos do TJMG, das Diretrizes Curriculares da ENFAM, das Políticas Nacionais propostas pelo CNJ referentes à Gestão de Pessoas e à Formação e Aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário, dos princípios e diretrizes constantes do *Projeto Político-Pedagógico da EJEJF* e da atualização do *Plano Educacional* anterior.

Ressalta-se que as diretrizes para a elaboração do *Plano Educacional* consideraram a cultura institucional e a necessidade de consolidar uma política efetiva de formação inicial e continuada, estruturada ao redor dos seguintes pilares:

- Gestão de pessoas por competências;
- Construção de itinerários formativos para os processos de trabalho que constituem a prática jurisdicional; e
- Ações pedagógicas mediadas pelas metodologias ativas, de modo a conduzir os participantes, pelo protagonismo, à ressignificação de suas práticas, articulando a teoria às experiências laborais.

Nova identidade visual

O novo logotipo da EJEJF, instituído pela Portaria da 2ª Vice-Presidência nº 99, de 4 de abril de 2017, foi desenvolvido em conjunto com a Assessoria de Comunicação Institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (ASCOM), a partir das noções de integração, modernidade, dinamicidade e visão sistêmica, estando também alinhado com as novas diretrizes pedagógicas.

O processo de criação e o conceito geral da nova identidade, que evoca as sinapses cerebrais e suas infinitas possibilidades de ligações, demonstram a nova perspectiva de atuação da Escola. Aprovada pelos seus gestores, o logotipo já está em uso nos produtos e expedientes da Escola, tendo sido apresentado pela ASCOM ao corpo funcional da EJEJ no dia 4 de abril de 2017, em evento que contou também com a 1ª Feira de Livros da EJEJ, em que magistrados, servidores e colaboradores da Escola trocaram obras literárias entre si, visando à integração e ao compartilhamento de conhecimentos.



O novo logotipo da EJEJ foi desenvolvido em conjunto com a ASCOM e lançado em 4 de abril de 2017.

Implantação do modelo de gestão na DIRDEP - EJEJ

Com o objetivo de fomentar as mudanças necessárias, a Superintendência da Escola promoveu a preparação das equipes subordinadas à DIRDEP por meio da “Capacitação prática na implantação do modelo de gestão na DIRDEP/EJEJ”. A formação contemplou, entre outros temas, os conceitos de perdas e desperdícios, eficiência e eficácia, empenho e desempenho, fluxos de trabalho, priorização do trabalho, processos e projetos, gestão da rotina e gestão de projetos e graus de maturidade na gestão.



Seta para o futuro. Prof. Luís A. Capanema Pedrosa

A parte prática da capacitação propiciou à Diretoria a realização de um diagnóstico situacional dos fluxos de trabalho da DIRDEP, identificando as dificuldades cotidianas que estavam comprometendo a dinâmica das entregas e o alcance de melhores resultados.

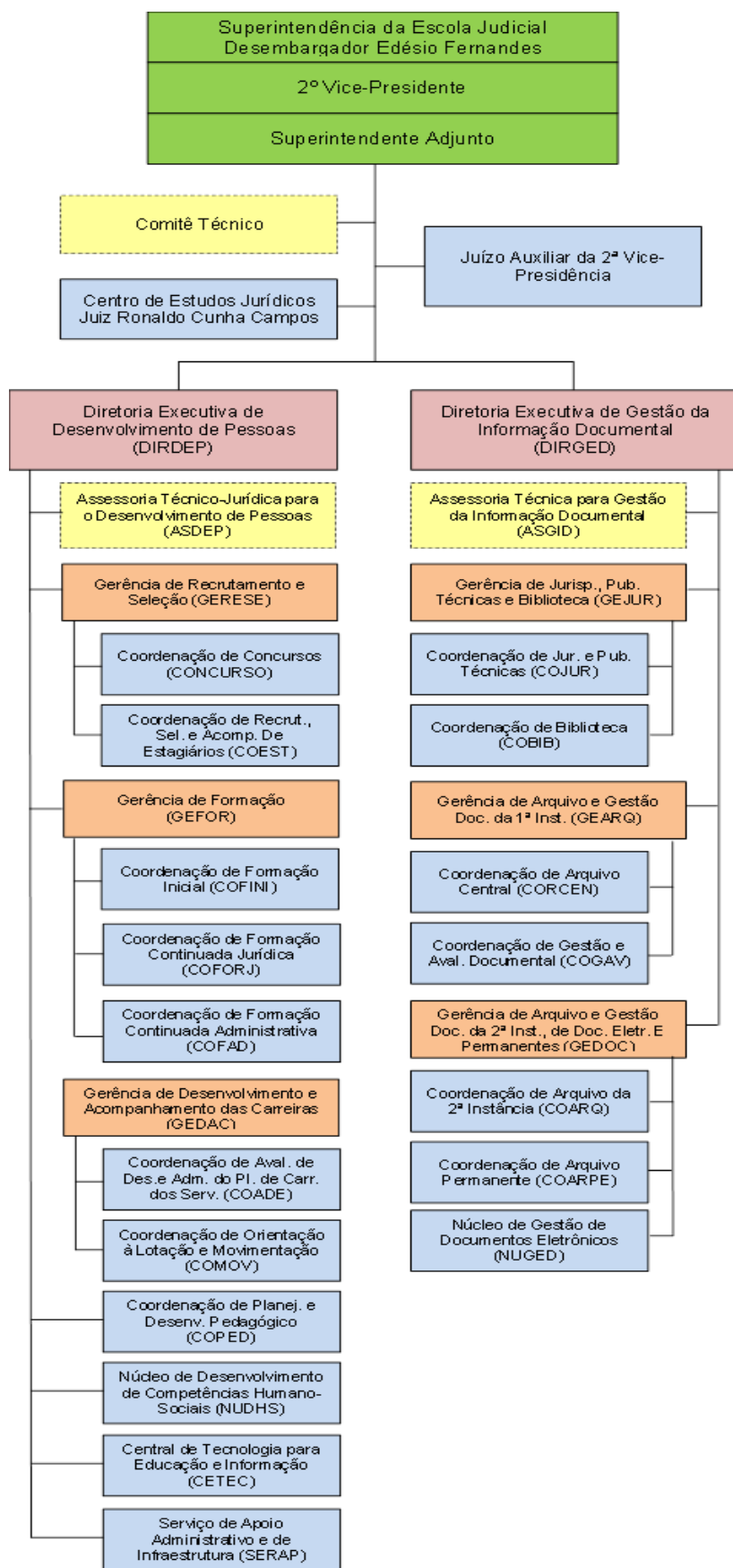
Parte fundamental da capacitação foi a realização de rituais de gestão, que

foram determinantes para a proposição e o compartilhamento de iniciativas e projetos de aprimoramento da EJEJF.

Proposta de novo organograma

Como resultado de todo o trabalho de reflexão sobre o papel da EJEJF e de revisão de seus processos de trabalho, a atual gestão apresentou nova proposta de regulamentação desta Escola Judicial, considerando a adequação de sua estrutura e funcionamento, especialmente, à Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, instituída pela Resolução do CNJ nº 240, de 9 de setembro de 2016, bem como à observância do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME), conforme Recomendação do CNJ nº 37, de 15 de agosto de 2011.

Com isso, foi proposta a reestruturação da Escola Judicial conforme o seguinte organograma na página a seguir:



Organograma da nova estrutura organizacional proposta para a DIRDEP

Plano de capacitação nas competências gerenciais



Logotipo da Ação Educacional Programa de Des.
Gerencial - PDG

O programa pretende fornecer aos juízes e gestores do Tribunal cursos e treinamentos que contribuam para o desenvolvimento e/ou aprimoramento das competências estratégicas necessárias ao desafio de gerir recursos, processos de trabalho e pessoas em uma instituição em fase de mudança, auxiliando os gestores a melhorarem sua capacidade de se

orientar segundo os resultados institucionais, de realizar planejamentos e de gerir e controlar os resultados de sua unidade de trabalho.

O programa acompanha a execução da meta estratégica de “Capacitar gestores do TJMG em pelo menos uma das áreas de conhecimento de gestão para resultados, gestão por processos, gestão matricial ou gestão de pessoas”.

Meta 2016 - Capacitar 60% dos gestores.

Meta 2017 - Capacitar 60% dos gestores.

Em 2016, a EJEJ/DIRDEP alcançou o resultado de **88,34%** da meta de capacitar 60% dos gestores em pelo menos uma das áreas de conhecimento mapeadas no Programa Gestão por Competências, ou seja, dos 2.417 magistrados e servidores gestores, **1.281** gestores foram capacitados em pelo menos uma das competências gerenciais consideradas estratégicas pela Instituição.

Em 2017, a EJEJ/DIRDEP alcançou o resultado de **71,31%** da meta de capacitar 60% dos gestores em pelo menos uma das áreas de conhecimento mapeadas no Programa Gestão por Competências, ou seja, dos 2.417 magistrados e servidores gestores, **1.034** gestores foram capacitados em pelo menos uma das competências gerenciais consideradas estratégicas pela Instituição.

Ações de destaque:

- Curso “Fundamentos para o desenvolvimento de boas práticas gerenciais” - Integrante do Programa de Desenvolvimento Gerencial - PDG - Gestão por Competências:

Em novembro de 2016, teve início o “Curso fundamentos para o desenvolvimento de boas práticas gerenciais”, no qual foram capacitados 92 magistrados e 193 servidores gestores do TJMG. A ação educacional abordou as seguintes competências: gestão de pessoas com os temas “A vida que vale a pena ser vivida”, proferida pelo Prof. Dr. Clóvis de Barros Filho, e “Gestão de pessoas e liderança”, proferida pelo Prof. Dr. Allan Claudius Queiroz Barbosa; Gestão por competências com o tema “Modelo de gestão por competências”, proferida pelo Prof. Dr. Joel Dutra, e gestão para resultados com o tema “Administração judicial aplicada”, proferida pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Borlido Haddad. Após cada exposição, realizada na modalidade presencial, foram desenvolvidas atividades na plataforma virtual *Moodle*, que serviu de meio de comunicação entre os mediadores e os outros participantes, reforçando, assim, o conhecimento teórico adquirido a partir de debates e constatações feitas entre o grupo. Para a condução das atividades, os mediadores participaram de curso prévio de “Capacitação de tutores para educação *on-line*”.

O painel de boas práticas gerenciais foi a última atividade realizada presencialmente, no qual foram apresentadas as melhores práticas, escolhidas pelos participantes na plataforma *Moodle*.

A carga-horária total do curso foi de 33 horas, abrangendo o período de 28 de novembro de 2016 a 17 de abril de 2017.

- Workshop sobre gestão judiciária - Dra. Rosane Bordash:

O *workshop* foi realizado em Belo Horizonte, no dia 8 de setembro de 2016, pela Juíza de Direito do TJRS Rosane Bordash, com vasta experiência na temática. Segundo o argumento da palestrante, o grande desafio do enfrentamento das demandas de massa é “romper a cultura da solução individual dos litígios, presente não só na estrutura do Poder Judiciário, como por uma questão de reserva de mercado”. Para isso, apresentou aos

participantes as experiências do Program - Projeto de Gestão e Racionalização das Ações de Massa, instituído no Rio Grande do Sul.

- Curso competências gerenciais do TJMG - Modelo e técnicas de gestão para melhoria de resultados (modalidade a distância) - Turma 3:

Atividade educacional realizada com o objetivo de promover a capacitação dos gestores nos conhecimentos, habilidades e atitudes esperados, conforme o modelo de competências gerenciais desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, cujo conteúdo abordou planejamento estratégico, gestão para resultados, gestão de processos e gestão de pessoas.

Implantação do modelo de gestão nas Secretarias de Juízo

- Formação de formadores em gestão judiciária:

O curso realizado em 2016 teve como objetivo capacitar os Juízes de Direito a elaborar e executar programas de formação inicial e continuada voltados à administração de unidades judiciárias, como também habilitá-los a serem tutores de outros magistrados e servidores na implantação do modelo de gestão judicial, buscando o desenvolvimento das seguintes capacidades observáveis no exercício profissional: saber (nível cognitivo intelectual, concernente ao conhecimento, teorias, métodos), saber-fazer (nível técnico-instrumental, concernente ao domínio dos gestos, movimentos, modo de operar, pôr em prática o conhecimento) e saber-ser (nível social, concernente ao domínio dos comportamentos e atitudes).

Foram convocados magistrados e servidores para participarem do curso, que teve uma carga horária total de 24 horas e desenvolveu o seguinte conteúdo programático: Capacitar para bem julgar; Métodos e técnicas pedagógicas; Dos objetivos da formação aos objetivos pedagógicos; A sequência da formação realizada com métodos ativos; Métodos e práticas pedagógicas ativas e ferramentas de formação; A avaliação da formação e a avaliação dos aprendizes; Conceitos básicos da administração judicial aplicada; Oficina sobre eficiência e eficácia: reflexão sobre as situações rotineiras de perdas e desperdícios de tempo e esforço em unidades judiciárias; Estudo de caso:

encontro com *Khaos*; Tempestade cerebral: encontro com *Khaos*; Implantando o modelo de gestão judicial.

- Curso de capacitação prática em implantação do modelo de gestão:

Curso promovido com o objetivo de se investir na formação da função gerencial dos magistrados, visando à melhoria contínua da prestação jurisdicional e o cumprimento da Resolução nº 827/2016 do TJMG, que estabelece o desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias da Justiça Comum de Primeiro Grau. O Curso “Implantação do modelo de gestão judicial” foi realizado em sete aulas presenciais na própria EJEJ, bem como a distância, e seis reuniões *in loco* em seis unidades judiciárias escolhidas previamente, abrangendo os seguintes tópicos: diagnóstico situacional e papel dos rituais de gestão; definição de diretrizes estratégicas e metas anuais/desdobramento do plano de ação; ajuste de demanda e parcerias institucionais; conceito de *benchmarking* e melhores práticas; gestão de rotinas e gestão de projetos; gestão de pessoas no TJMG. Participaram do curso os juízes de direito e servidores que concluíram o “Curso de formação de formadores em gestão judiciária”, bem como os magistrados da pós-graduação em Gestão Judiciária oferecida pela EJEJ, em parceria com a UnB, além dos juízes auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMG.

- Curso de capacitação prática em implantação do modelo de gestão para a GEMAN:

Curso realizado com o objetivo de capacitar a equipe da Gerência de Cumprimento de Mandados (GEMAN) para a implantação do modelo de gestão em sua unidade. O conteúdo programático abrangeu conceitos básicos de gestão: perdas e desperdícios, eficiência e eficácia, empenho e desempenho, fluxos de trabalho, processos e projetos, gestão da rotina e gestão de projetos, iniciativas e projetos de melhorias.

- Curso de administração judicial aplicada - AJA:

O Curso de administração judicial aplicada, realizado na modalidade a distância, teve como objetivo capacitar juízes de direito e escrivães, ou seus substitutos legais, para a implantação do modelo de gestão judicial e para o desdobramento do planejamento estratégico em suas unidades judiciárias, nos termos da Resolução nº 827/2016 do

TJMG. Atuaram como tutores do curso os juízes de direito participantes do Curso de implantação do modelo de gestão judicial realizado pela Escola Judicial.

O conteúdo programático trabalhado versou sobre os tópicos: necessidade de gestão no sistema de justiça; eficiência, eficácia e o Poder Judiciário; gestão da mudança; planejamento estratégico e Poder Judiciário; execução estratégica; implantação do modelo de gestão; dimensões do diagnóstico situacional; execução do modelo de gestão; eficiência e os fluxos de trabalho; infraestrutura e *layout*; estimativa de prazos; priorização do trabalho; administração da unidade e produtividade; gestão de gabinete; liderança, comunicação e gestão de equipes; clima, motivação e gestão de conflitos; gestão do conhecimento; gestão de competências; conceito de melhoria contínua; solução criativa de problemas; *benchmarking* e boas práticas; execução dos planos de ação; contabilização de resultados.

- Curso de aperfeiçoamento jurídico - CJUR:

Com o tema central “Enfrentamento do fenômeno do contencioso de massa e da corrupção pelo Poder Judiciário”, o CJUR teve o objetivo de oferecer capacitação contínua aos magistrados no tocante à função jurisdicional. Por meio de palestras e oficinas de gestão de pessoas e de gestão de processos de trabalho, buscou-se auxiliar os magistrados na administração das unidades judiciárias com vistas à melhoria sistêmica do desempenho das varas do TJMG.

Houve predomínio do emprego de métodos ativos com enfoque na administração de unidades judiciárias, visando à implementação de modelos de gestão nas varas vinculadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, bem como em temas jurídicos.

Foram organizadas cinco turmas, nos períodos abaixo:

- 1º CJUR: 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2017;
- 2º CJUR: 20, 21 e 22 de setembro de 2017;
- 3º CJUR: 18, 19 e 20 de outubro de 2017;
- 4º CJUR: 8, 9 e 10 de novembro de 2017;

- 5º CJUR: 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 2017.

Foram capacitados, nas cinco turmas, 329 magistrados das 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Regiões de atuação da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMG.

- 365 dias de gestão judicial aplicada: colhendo os frutos do novo modelo:

Esta ação educacional, ocorrida no mês de maio do corrente ano, foi direcionada aos juízes de direito e escrivães participantes da 1ª Turma, na modalidade a distância, do “Curso administração judicial aplicada” e aos juízes de direito que participaram do “Curso implantação do modelo de gestão judicial”. Trata-se de uma ação educacional presencial, conduzida em um formato de entrevista pelos seguintes juízes de direito do TJMG: Lilian Maciel Santos, Lívia Lúcia Oliveira Borba, Maria Isabel Fleck, Mateus Bicalho de Melo Chavinho e Rafael Niepce Verona Pimentel.

Possui como objetivo: Realizar análise comparativa do funcionamento das unidades judiciárias, a partir da implantação do modelo de gestão judicial proposto nos Cursos “Implantação do modelo de gestão judicial” e “Administração judicial aplicada”, bem como avaliar o desdobramento do planejamento estratégico nas unidades judiciárias, nos termos da Resolução nº 827/2016 do TJMG.

Capacitação para o Processo Judicial eletrônico - PJe



Logotipo do Sistema Informatizado PJe 2.0

O TJMG, por iniciativa da Presidência, promoveu a capacitação para a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) na Justiça de Primeira Instância, em atendimento a uma das metas do seu planejamento estratégico. A capacitação, que tem como meta preparar magistrados e servidores do TJMG para a utilização do sistema PJe, abrange os seguintes perfis:

gabinete, secretaria, facilitadores, serviços auxiliares e atos normativos.

Foram realizadas as capacitações para a implantação do Processo Judicial eletrônico na modalidade presencial nas Comarcas de Passos, São Sebastião do Paraíso, Alfenas, Muriaé, Ituiutaba, Patrocínio, Araxá, Frutal, João Monlevade, Sabará, Lavras e Pará de Minas, Juizados Especiais de Contagem, Betim, Leopoldina, Cataguases, Viçosa, Ouro Preto, Igarapé, Curvelo, Unaí, Paracatu, São Lourenço, Itajubá, Três Corações, Três Pontas, Itaúna e Guaxupé.

Também ocorreram capacitações nas Comarcas de Belo Horizonte, Betim e Contagem na modalidade presencial.

Nesse período, foram capacitados:

95 Magistrados (*)

1.364 Servidores (*)

3.502 Integrantes dos órgãos externos (*)

398 Estagiários (*)

(*) Estatística apurada em número de participações.

Em preparação para a adoção da versão 2.0 do sistema PJe, a EJEJF ofereceu, em 2018, o curso “PJe - Novidades da versão 2.0”, na modalidade a distância, para a atualização dos usuários das 55 comarcas que já atuam no sistema, tendo recebido, até o mês de abril de 2018, 3.572 matrículas em 5 perfis diferentes de utilização do sistema.

Capacitação para o teletrabalho

Nos termos do art. 11 da Resolução do CNJ nº 227, de 15 de junho de 2016, que regulamentou o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário, a EJEJF ofereceu, durante o biênio considerado, diversas turmas do “Curso preparatório para participação no projeto experimental do teletrabalho”, de cunho multidisciplinar e com a utilização de metodologias ativas, oferecendo aos participantes as ferramentas conceituais e práticas necessárias para o ingresso no projeto experimental instituído pela Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016.



TJMG: Capacitação para o teletrabalho - 30 de novembro de 2016

Essa ação educacional, utilizando métodos ativos, desenvolve-se a partir do compartilhamento das vivências e expectativas dos participantes, buscando oferecer capacitação em aspectos primordiais para o início das atividades em teletrabalho: a contextualização dessa nova modalidade perante as relações de trabalho e no âmbito institucional, o

alinhamento de competências essenciais para o teletrabalho, os requisitos tecnológicos necessários para sua realização, noções de ergonomia para montagem de um *home-office* e aspectos do Processo Judicial eletrônico para a prática desse trabalho na 1ª Instância.

Saliente-se que essa ação formativa é considerada também um curso de gestão, inserido nos macrodesafios de melhoria da gestão de pessoas e de instituição da governança judiciária, contando com a participação obrigatória dos gestores da unidade em que o novo regime está sendo implantado. O teletrabalho realizado no âmbito do TJMG é entendido dentro de um contexto de mudança paradigmática da organização do trabalho, envolvendo a adequação de todo o setor participante do teletrabalho e constituindo-se em verdadeira ferramenta de gestão a serviço da unidade.

O curso conta com instrutores da própria Escola, bem como da Corregedoria-Geral de Justiça e das áreas de Informática e de Saúde do Tribunal. Constitui etapa obrigatória para a participação no Projeto experimental do teletrabalho no TJMG.

O curso foi ofertado em quatro turmas no ano de 2017 (Turmas 2, 3, 4 e 5) e três turmas até abril de 2018 (Turmas 6, 7 e 8), mantendo ofertas mensais até o fim do projeto experimental, definido para junho de 2018. Foram capacitados, nas referidas turmas, **166** servidores/teletrabalhadores e **77** gestores, no total de **243** participantes.

Capacitação para implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) permite a gestão e processamento eletrônico de documentos, expedientes e processos administrativos, sem a utilização de papel, o que possibilita a redução do uso de insumos e dos custos operacionais com a gestão documental.



Logotipo do Sistema Informatizado SEI

O TJMG passa a utilizá-lo com o objetivo de aumentar a transparência, a produtividade e a celeridade na tramitação de documentos e processos administrativos, além de melhorar o ambiente de trabalho e a qualidade da execução das tarefas.

A capacitação, feita em conjunto com a DIRGED, tem como meta preparar os usuários para a utilização do sistema.

No período dessa gestão, foram capacitados, no Sistema Eletrônico de Informações, **539** pessoas entre magistrados, gestores e servidores. Vale ressaltar que foram capacitados multiplicadores do SEI em todos os setores administrativos da 2ª Instância.

Ao longo do primeiro semestre de 2018, além da capacitação inicial dos gestores de 1ª e 2ª Instâncias, foi ofertada uma segunda fase de capacitação presencial dos gestores da 2ª Instância, da Administração do Fórum da Capital e dos Juizados Especiais. Nessa segunda fase, foi capacitado um total de 300 pessoas.

Ainda em 2018, três turmas previstas na modalidade a distância irão disponibilizar 6.000 vagas para capacitação no sistema.

Programa de Preparação para a Aposentadoria - PPA



Logotipo do Programa institucional de preparação para a aposentadoria - PPA

O programa busca oferecer aos magistrados e servidores, com requisitos para aposentadoria, subsídios para planejar a nova etapa da vida, propiciando um espaço de reflexão sobre o significado de seu trabalho na

Instituição e em sua vida, auxiliando no fortalecimento da identificação com outros aspectos da vida social e subsidiando a construção e o comprometimento com novas metas de vida, com curto, médio e longo prazos.

No período 2016-2018, foram realizados **04** grupos de PPA presenciais, com participação de **65** servidores da Secretaria do TJMG e da Justiça de Primeira Instância - Capital. Além disso, ocorreu a expansão do PPA para os servidores da Justiça de Primeira Instância Interior por meio da metodologia de Educação a Distância, com **64** servidores inscritos no programa. Nesse período, houve também o investimento na elaboração dos conteúdos do PPA-EAD, contemplando o público de magistrados, com o propósito de que o programa abarque todo o público interno do Tribunal - magistrados e servidores. Até o final do primeiro semestre de 2018, está prevista a oferta de mais 64 vagas para magistrados e servidores no PPA-EAD.

Desenvolvimento de pessoas

A gestão de pessoas tem como premissa a eficiência e eficácia da formação inicial e permanente de magistrados e servidores ao longo da carreira e promove o desenvolvimento de competências consideradas essenciais para o alcance dos objetivos e estratégias institucionais.

A iniciativa é parte do Programa de Educação Continuada de Magistrados e Servidores, consolidado no *Plano Educacional da EJEF*, que integra e sistematiza ações educacionais essenciais para que a Escola Judicial possa atuar de forma coordenada e planejada, atendendo às necessidades de capacitação de todo o contingente de profissionais da Instituição. Destaca-se que as ações educacionais contribuem direta e/ou indiretamente para o desenvolvimento dos demais macrodesafios do planejamento estratégico do TJMG.

Resultados alcançados:

622 Ações educacionais realizadas

2.670 Magistrados capacitados (*)

32.790 Servidores capacitados (*)

13.877 Horas de capacitação

129.364 Vagas ofertadas

(*) Estatística apurada em número de participações.

Formação de magistrados

Visando à formação inicial dos novos Juízes do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e com o intuito de conferir maior segurança no desempenho das funções inerentes ao cargo, além de agilidade à prestação jurisdicional, a EJEJ/DIRDEP realizou, em 2017, o 12º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos - CFI - Turmas 2 e 3, com **25** e **22** juízes capacitados, respectivamente.

O conteúdo programático do curso baseou-se nos eixos temáticos estabelecidos pela Resolução nº 2, de 8 de junho de 2016, e suas alterações pela Resolução nº 2, de 14 de março de 2017, da ENFAM, nas diretrizes do CNJ, no *Projeto Político-Pedagógico* e no *Plano Educacional da EJEJ*. Com o objetivo de atender aos anseios do grupo de juízes em início de carreira, a DIRDEP



TJMG: Curso, com duração de quatro meses, prepara magistrados para atuação nas comarcas

concentrou seus esforços na implementação de um curso com ênfase na prática jurisdicional. Sendo assim, os juízes participantes tiveram a oportunidade de realizar estágio nas Varas de Belo Horizonte e da Região Metropolitana, com o dobro da carga horária de cursos anteriores. Também foram privilegiados conteúdos humanísticos e relativos à administração judiciária. Ainda, como novidade, na primeira semana do curso, os juízes participaram do Módulo Nacional obrigatório oferecido pela ENFAM, com 40 horas/aula.

Vitaliciar

Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados Vitaliciandos

Logotipo da ação educacional Vitaliciar

O programa oferece aos magistrados o necessário suporte ao desempenho das atividades que lhes são inerentes, bem como proporciona o debate, visando

à revisão e ao aprofundamento do conhecimento dos temas propostos, de forma a estimular o raciocínio jurídico crítico e tornar possível a aplicação dos conteúdos a casos concretos. Consiste em duas ações principais, quais sejam o “Acompanhamento e avaliação do exercício da prática judicante e os Cursos de aperfeiçoamento para magistrados vitaliciandos”. Do “Curso de aperfeiçoamento para magistrados vitaliciandos - Vitaliciar” participaram **44** juízes de direito substitutos, na modalidade presencial.

- Projeto juiz orientador de vitaliciamento:

Com o objetivo de promover o desenvolvimento mais efetivo do juiz de direito substituto em período de vitaliciamento, foi criado o “Projeto juiz orientador”, sob orientação e assessoria pedagógica da Dra. Acácia Zeneida Kuenzer.

Nesse projeto, regulamentado pela Portaria da 2ª Vice-Presidência nº 104, de 31 de agosto de 2017, a inserção gradual do juiz vitaliciando na magistratura é facilitada por meio da ampliação das oportunidades de contato entre orientador e orientando e não apenas pelo envio e correção de sentenças produzidas mensalmente durante o período de vitaliciamento.

Sendo assim, o acompanhamento é individualizado, isto é, para cada juiz de direito vitaliciando é designado um juiz orientador, que o auxilia no desenvolvimento de competências discutidas em grupos focais realizados trimestralmente, com o auxílio da coordenação pedagógica.

Além disso, são realizados dois encontros presenciais dos orientandos e seus orientadores nas comarcas deste último, oportunidade em que se define o plano de trabalho para o próximo trimestre, além de ser uma oportunidade para o juiz substituto vivenciar a rotina de seu orientador, tirando dúvidas e solicitando auxílio para o exercício da judicatura.

O projeto permite, ainda, que o juiz orientador se desloque para a comarca de seu orientando, com o objetivo também de troca de experiências e como oportunidade de oferecer sugestões para o melhor desempenho do juiz substituto em suas funções.

Por fim, é feita a avaliação das sentenças e decisões dos juízes orientandos, além do acompanhamento da pauta e atas de audiências de instrução e julgamento pelo seu orientador por meio do Sistema de Avaliação de Vitaliciamento, criado na plataforma *Moodle*.

Além disso, as competências que serão desenvolvidas no processo de orientação são definidas pelos próprios orientadores nos grupos focais realizados trimestralmente, com auxílio da coordenação pedagógica.

O “Projeto juiz orientador” foi implantado no período de vitaliciamento dos juízes de direito vitaliciandos pertencentes às Turmas 2 e 3 do 12º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substituto.

Formação de servidores



Logotipo da ação educacional Serin

Com o objetivo de promover a integração, a capacitação e o aperfeiçoamento técnico dos servidores no âmbito da formação humano-social, foi realizado o módulo Formação Humano-Social do Programa Servidor Integrado no Curso de Formação Inicial para servidores. Foram capacitados 95 servidores na modalidade presencial, sendo 73 servidores

lotados na Capital e 22 no Interior, nas Comarcas de Contagem, Governador Valadares, Ipatinga e Teófilo Otoni.

O módulo Formação Humano-Social ofereceu aos servidores recém-chegados ao Tribunal a oportunidade de reflexão sobre os temas Deontologia Profissional do Servidor Público, Relações Humanas e os Impactos na Prestação Jurisdicional e, ainda, Sociologia do Direito. O Módulo Institucional, no qual foram abordados temas como visão geral do funcionamento do TJMG, direitos e deveres dos servidores, plano de carreiras e avaliação de desempenho, foi oferecido na modalidade EAD.

Programa de Formação de Formadores

O Curso de Formação de Formadores (FOFO) - Módulo Básico realizado pela ENFAM, em parceria com a EJEJ, ocorreu nos dias 19 e 20 de janeiro de 2017 e contou com a participação de um total de 26 alunos, dentre magistrados e servidores. A atividade tem o objetivo de promover o desenvolvimento de competências para o exercício de atividades pedagógicas realizadas por docentes.



Curso Formação de Formadores - 20 de janeiro de 2017

Além disso, a EJEJ promoveu o curso de formação direcionado para os Formadores em Gestão Judicial cujo objetivo foi capacitar juízes para a elaboração e a execução de programas de formação inicial e continuada voltados à administração de suas unidades judiciárias, bem como habilitá-los a atuarem como tutores de outros magistrados e servidores na implantação

do modelo de gestão judicial. Os facilitadores Juiz Federal Carlos Haddad e o professor Luís Antônio Capanema Pedrosa auxiliaram 11 servidores e 29 magistrados em práticas pedagógicas ativas, ferramentas de formação e avaliação da formação de aprendizes.

Ações educacionais na modalidade a distância



Logotipo das ações educacionais EAD

O desenvolvimento de ações educacionais na modalidade a distância é baseado em um dos princípios que norteiam o *Plano Educacional da EJEJ*, qual seja a ênfase na disseminação da tecnologia como ferramenta profissional e educacional.

São ações que se organizam em cursos, programas, comunidades virtuais de prática e tutoriais. O desenvolvimento dessas ações tem por objetivos:

- Permitir a expansão das oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal por meio da implementação de processos educativos mediados pelas tecnologias digitais de informação e comunicação;
- Contribuir para a disseminação da cultura de utilização das tecnologias digitais no cotidiano profissional de magistrados, servidores, colaboradores da Justiça e estagiários do TJMG.

Resultados alcançados:

133 Ações educacionais em EAD

436 Magistrados capacitados**

24.652 Servidores capacitados**

(*) Estatística apurada no dia 9/3/2018, que computa o número de participações.

Desenvolvendo competências humano-sociais

A “educação humanística que valorize o caráter multidimensional do ser humano, as dimensões do conhecimento, a ética da sustentabilidade ambiental e social” é um dos princípios e diretrizes pedagógicas que norteiam a atuação da EJEJ/DIRDEP, previstos no seu *Plano Educacional*. Assim, a EJEJ/DIRDEP ofertou ações educacionais com o foco no desenvolvimento de competências humano-sociais em diversas atividades voltadas para magistrados, gestores e servidores do TJMG:

- Coordenação das entrevistas psicológicas de devolução da Avaliação Psicológica do Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Minas Gerais - Edital nº 03/2013 - Turmas 2 e 3;
- Coordenação, elaboração e instrutoria da disciplina Acompanhamento Psicossocial no Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos (CFI) - Turmas 2 e 3;

- Acompanhamento Psicossocial Individual com juízes em vitaliciamento - Turmas 1, 2 e 3;
- Coordenação, elaboração e instrutoria da disciplina Acompanhamento Psicossocial no Programa de Aperfeiçoamento para Magistrados Vitaliciandos do TJMG/Vitaliciar - Turmas 1, 2 e 3;
- Orientação psicossocial e gerencial para gestores (magistrados e servidores).

Recrutamento e seleção - Realização de concursos públicos

A Coordenação de Concursos tem como objetivo assegurar a eficácia do processo de realização de concursos públicos para a magistratura, para servidores do Tribunal de Justiça e para notários e registradores do Estado de Minas Gerais, de forma a captar profissionais qualificados e competentes para o exercício de suas funções, com vistas a uma prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza.

Atividades realizadas:

- Concurso em andamento:

Concurso para ingresso na Carreira da Magistratura - Edital nº 1/2018:

O Edital que rege o certame foi disponibilizado no *DJe* de 23 de março de 2018.



- Concursos extrajudiciais encerrados:

Concurso para delegação de serviços de notas e registro - Edital nº 1/2014:

Em 23 de agosto de 2017, foi realizada a Sessão Pública de Proclamação e Divulgação da Classificação Final, ato que encerra o concurso. Nos dias 18 e 19 de dezembro de 2017, foi realizada a Sessão Pública de escolha dos serviços extrajudiciais disponibilizados no certame.

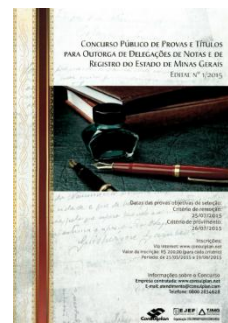


Concurso para delegação de serviços de notas e registro - Edital nº 1/2015:

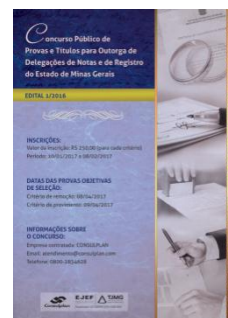
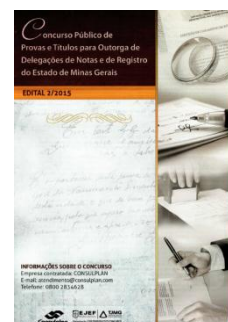
Em 4 de setembro de 2017, foi realizada a Sessão Pública de escolha dos serviços extrajudiciais disponibilizados no Edital 01/2015.

- Concursos extrajudiciais em andamento:

Concurso para delegação de serviços de notas e registro - Edital nº 2/2015



Concurso para delegação de serviços de notas e registro - Edital nº 1/2016



Concurso para delegação de serviços de notas e registro - Edital nº 1/2017



Concurso para delegação de serviços de notas e registro - Edital nº 1/2018

Edital disponibilizado no *DJe* de 16 de abril de 2018.



Concurso para servidores em andamento:

Concurso para servidores - Primeira Instância - Edital nº 1/2017:

Edital publicado no *DJe* do dia 6 de abril de 2017.



No *DJe* de 24 de abril de 2018, foi disponibilizada a classificação final do cargo de Oficial de Apoio Judicial, pós-Prova de Digitação, e encerrado o certame.

Desenvolvimento e acompanhamento das carreiras

O desenvolvimento e o acompanhamento de carreiras têm por objetivo assegurar o acompanhamento do desempenho e a administração do Plano de Carreiras dos servidores, por meio de ações legais e compatíveis com as políticas e diretrizes de formação e desenvolvimento de servidores, com vistas ao alcance dos resultados esperados na prestação jurisdicional.

No que se refere ao Plano de Carreiras, no período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2018, ocorreu o acompanhamento dos Processos Classificatórios de Promoção Vertical dos servidores das 1ª e 2ª Instâncias, dos exercícios de 2015, 2016 e 2017, por meio da análise de recursos dos processos de 2015 e 2016, homologação do resultado do processo de 2016, elaboração dos editais referentes aos processos de 2016 e 2017.

Foram realizados, ainda, estudos para subsidiar o apontamento de vagas para a Promoção Vertical, referente aos exercícios de 2016 e 2017.

Programa Gestão por Competências

O modelo de Gestão de Pessoas por Competências procura identificar as competências institucionais e individuais, permitindo direcionar o foco das diversas ações dos subsistemas de gestão de pessoas para o desenvolvimento, aperfeiçoamento, monitoramento e avaliação dessas competências que podem impactar no alcance dos objetivos estratégicos da instituição. Por se tratar de um modelo complexo, o Programa de Gestão por Competências foi elaborado para ser executado em diferentes projetos, ao longo do tempo.

Inicialmente, foram desenvolvidos os projetos: Mapeamento de Competências Organizacional e Mapeamento de Competência de Gestores, Mapeamento de Competência de Servidores. Posteriormente, em 2016, foi concluído o Projeto de Avaliação de Desempenho por Competências - gerenciais e de servidores. Esse projeto propõe um novo modelo de avaliação de desempenho, baseado nas competências mapeadas. Nessa etapa, também foi utilizada metodologia participativa, que envolveu gestores e servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância. Foram realizados 17 *workshops* com servidores, de agosto a outubro, com a participação de 237 gestores e servidores. Resultado obtido: validação do novo instrumento de avaliação de desempenho a ser utilizado - Avaliação de Desempenho por Competência de Servidores.

Em 2016, também foi realizada, por meio da ferramenta *Google Forms*, uma pesquisa para identificar os conhecimentos gerais e específicos necessários para a Competência Técnica de cada cargo/especialidade. Já foram levantados conhecimentos da Competência Técnica de vários cargos.



Para a efetiva implementação do Projeto de Avaliação de Desempenho por Competências, desde novembro de 2016, está em desenvolvimento, pela DIRDEP, em parceria com a Diretoria de Informática, um sistema informatizado com previsão de disponibilidade no presente ano.

Em 2017, foram iniciados os estudos para publicação da norma regulamentadora da Avaliação de Desempenho por Competências e também para a elaboração de material e planejamento da formação de gestores e servidores sobre a Avaliação de Desempenho por Competências.

O Projeto de Capacitação por Competências já foi iniciado, e algumas ações, desenvolvidas. A DIRDEP contratou consultoria pedagógica externa para auxiliar na construção de itinerários formativos para essa capacitação. Durante o ano de 2017, já foram realizados grupos focais no intuito de construir esses itinerários que subsidiarão as futuras ações de formação da EJEJF. Alguns itinerários formativos que subsidiarão a capacitação por competências já estão construídos.

No ano de 2017, para compartilhar experiências de implementação do modelo de Gestão por Competências nos órgãos da Justiça do Brasil, foi publicada a iniciativa do TJMG em um periódico do CNJ.

Promoção por Merecimento de Magistrados

O processo de trabalho envolve o acompanhamento da edição de normas para promoção de magistrados pelo critério de merecimento no âmbito do TJMG, bem como no âmbito federal, e, a partir do que é regulamentado na instituição, realizam-se os registros necessários para subsidiar a apresentação do critério “aperfeiçoamento técnico” para a promoção de magistrados. Foram registrados dados de 1.696 títulos referentes ao critério de aperfeiçoamento técnico de magistrados, no período, com o envio de quatro informações consolidadas para subsidiar 17 editais de promoção de magistrados pelo critério de merecimento, dentre os demais Editais publicados.

Redimensionamento do Quadro de Servidores

No período de 2016-2018, foi dada continuidade, pela EJEJF/DIRDEP, ao monitoramento do quadro de servidores de toda a Secretaria do TJMG, que ocorreu por meio do remanejamento de servidores, do acompanhamento de servidores com deficiência, do acompanhamento de servidores com capacidade laborativa reduzida e de outras questões relacionadas ao quadro de servidores.

Foram realizadas várias análises e negociações ao longo do período, na tentativa de manter equilibrado o quadro de servidores tanto da área-fim, quanto da área-meio, apesar do cenário restritivo, o que totalizou 232 entrevistas presenciais, acompanhamento e análise de 169 “Requerimentos de Transferências de Lotação”, realização de 75 transferências de servidores e 25 acompanhamentos sociofuncionais por motivos de saúde e outras questões. Em 2017 e 2018, ocorreu a continuidade da pesquisa de redimensionamento do quadro da Secretaria do TJMG: foram realizadas pesquisas em 71 unidades organizacionais da Secretaria do TJMG para adequação do quadro de servidores, tendo em vista o cenário econômico que impõe restrições.

Avaliação de Desempenho de Servidores

Em relação ao atual Processo de Avaliação de Desempenho, nesta gestão, em torno de 13.000 servidores efetivos tiveram seus processos de avaliação acompanhados pela EJEJF/DIRDEP, sendo 1.188 servidores em estágio probatório. O acompanhamento se deu por meio de registro de notas no Sistema Informatizado, respostas aos recursos de avaliações de desempenho, envio de relatórios aos avaliadores, acompanhamento e orientações sobre alterações de períodos e de avaliadores de cada servidor, respostas às dúvidas de avaliadores e avaliados por *e-mails*, telefones e pessoalmente.

Quanto ao novo modelo de Avaliação de Desempenho por Competências, nesta gestão, foram realizados estudos para subsidiar a construção de nova ferramenta automatizada de avaliação de desempenho. Foi elaborado, ainda, conteúdo de curso para avaliadores sobre a nova avaliação de desempenho por competências, a ser realizado na modalidade EAD.

Programa de Estágio

Com o objetivo de contribuir para a formação de futuros profissionais e ampliar o universo de recursos institucionais, o Tribunal de Justiça mantém o Programa de Estágio. Possibilitando a estudantes de todo o Estado a ampliação de conhecimentos, a vivência de práticas que complementam ou fixam os conteúdos curriculares e a integração com profissionais de sua área de formação, o estágio prepara-os para o ingresso no mercado

de trabalho. O estágio contribui, ainda, para o alcance das metas institucionais, na medida em que amplia o universo de recursos, reduz custos operacionais, abrevia o tempo gasto por magistrados e assessores na realização de pesquisas e outras atividades afins e permite mesclar experiências de colaboradores mais antigos com os mais novos.

Estudantes de graduação que estagiaram no TJMG:

Capital: 2.817

Interior: 5.089

Total: 7.906

Estudantes de pós-graduação que estagiaram no TJMG:

Capital: 29

Interior: 631

Total: 660

Recrutamento de estagiários:

Capital: 8 processos seletivos

Interior: 344 processos seletivos

Total: 352

Coordenação de Formação Permanente do Interior - COFINT			
Nome da Ação Educacional	Modalidade	CH	Nº de Participantes
"Empreendedorismo na Maturidade" e "Administração das Finanças Pessoais"	Presencial	4	19
"13º Curso Preparatório e Psicossocial Jurídico - Adoções Necessárias"	Presencial	15	17
"16º Encontro de Gestores Capital - GEAPA"	Presencial	3	267
"1º Curso Preparatório Psicossocial para Postulantes à Adoção"	Presencial	4	23
"2º Curso de Preparação Psicossocial e Jurídica de Pretendentes à Adoção"	Presencial	8	28
"5º CAFIS" - Turmas 1, 2 e 3	Presencial	20	289

Coordenação de Formação Permanente do Interior - COFINT			
Nome da Ação Educacional	Modalidade	CH	Nº de Participantes
“Atitude no Trabalho: Uma construção de Todos” - Comarca de Caeté	Presencial	4	25
“Capacitação para a condução do Programa de Orientação para a Aposentadoria do TJMG”	Presencial	14	4
Ciclo de Atualização e Debates sobre o Novo Código de Processo Civil: “Cumprimento de sentença e execução: principais alterações”; “Fundamentação das decisões judiciais: o que muda na prática?”; “Mediação no novo CPC”; “Negócios jurídicos processuais: limites e alcances”; “Nova disciplina das audiências no CPC - 2015”; “Recursos no novo CPC: principais alterações”; “Tutelas no novo CPC: Provisória, de Urgência, Antecipada, Cautelar e de Evidência”.	Presencial	11	218
Curso “Ergonomia: Um olhar para a saúde no trabalho” - Turma 4	EAD	16	445
Curso “Nivelamento para servidores da Diretoria Executiva de Informática (DIRFOR)”	EAD	10	42
Curso “Administração do Tempo”	EAD	6	503
Curso “Adoção Internacional e o Direito à Convivência Familiar” - Turma 4	EAD	20	410
Curso “Aspectos e Noções sobre Mediação e Conciliação para Gestores”	Presencial	8	22
Curso “Ateliê Clínico do PAI-PJ”	Presencial	8	60
Curso “Atos de Comunicação - conforme CPC 2015” - Turma 12	EAD	45	180
Curso “Atos de Construção - conforme CPC 2015” - Turma 8	EAD	45	175
Curso “Atualização em Telejornalismo”	Presencial	60	18
Curso “Avaliação de Desempenho” - Turmas 6 e 8	Presencial	51	58

Coordenação de Formação Permanente do Interior - COFINT			
Nome da Ação Educacional	Modalidade	CH	Nº de Participantes
Curso “Avançado de Halitose”	EAD	90	17
Curso “BO SIAD” - 1ª e 2ª Turmas	Presencial	40	33
Curso “Brinquedoteca - CESOP”	Presencial	4	22
Curso “Competências Gerenciais no TJMG: modelo e técnica de gestão para melhoria de resultados” - Turma 3	EAD	32	1.114
Curso “Comunicação não violenta: habilidades para expressão autêntica e escuta ativa”	Presencial	5	6
Curso de "Formação para Auditores Internos Nível Básico AUDI I"	Presencial	32	9
Curso de “Atualização para Contadores Judiciais” - 10 turmas	Presencial	230	267
Curso de “Capacitação de Conciliadores e Mediadores” - 1ª e 2ª Turmas	Presencial	80	46
Curso de “Capacitação de Conciliadores - PACE”	Presencial	16	17
Curso de “Capacitação de Conciliadores dos Juizados Especiais”	Presencial	152	203
Curso de “Capacitação do JESP”	Presencial	120	126
Curso de “Capacitação em Conciliação” - 10 eventos	Presencial	180	270
Curso de “Capacitação em Mediação” - 2 turmas	Presencial	80	51
Curso de “Capacitação em Mediação e Conciliação” - Etapa teórica - Turmas 1 e 2	EAD	80	255
Curso de “Capacitação em Mediação para Supervisores” - 1ª Turma	Presencial	40	27
Curso de “Capacitação Gestor de Portfólios” - DIRFOR	Presencial	20	5
Curso de “Capacitação para Estagiários do CEJUSC”	Presencial	20	44
Curso de “Capacitação para tutores <i>on-line</i> ”	EAD	15	15
Curso de “Capacitação PMO - DIRFOR”	Presencial	40	2
Curso de “Capacitação Teórica de Gestão de Projetos	Presencial	80	24

Coordenação de Formação Permanente do Interior - COFINT			
Nome da Ação Educacional	Modalidade	CH	Nº de Participantes
/ DIRFOR” - Turmas 1 e 2			
Curso de “Capacitação Usuário da Área de Negócios”	Presencial	8	8
Curso de “Eneagrama de Personalidades - Aplicação no Poder Judiciário”	Presencial	16	20
Curso de “EXCEL (Módulo Básico) e noções de CALC”	Presencial	18	17
Curso de “EXCEL (Módulo Intermediário) e noções de CALC”	Presencial	18	15
Curso de “Formação de Famílias Acolhedoras” - 2 eventos	Presencial	27	31
Curso de “Formação em Justiça Restaurativa” - 3 eventos	Presencial	96	70
Curso de “Fundamentos de Sistemas Web com enfoque em Java” - Turmas 1e 2	Presencial	8	29
Curso de “Introdução aos Métodos de Mediação e Gestão de Conflitos” - 2 eventos	Presencial	8	152
Curso de “Mediação para Supervisores BH” - Turmas 3 e 4	Presencial	80	81
Curso de “Preparação de Crianças e Adolescentes para Adoção Internacional”	Presencial	12	0
Curso de “Preparação para Adoção” - 2 eventos	Presencial	10	72
Curso de “Preparação para Pretendentes à Adoção”	Presencial	5	12
Curso de “Preparação Psicossocial de Postulantes à Adoção”	Presencial	5	21
Curso de “Rotinas Administrativas - GEAPA” - Turma 1	Presencial	4	26
Curso “Editor de Texto - WRITER”	EAD	6	372
Curso “Emprego da Vírgula: correção gramatical e efeitos de sentido” - 3 turmas	Presencial	9	15
Curso “Eneagrama: Liderança com Inteligência	Presencial	18	42

Coordenação de Formação Permanente do Interior - COFINT			
Nome da Ação Educacional	Modalidade	CH	Nº de Participantes
Emocional”			
Curso “Excelência no Atendimento - Presencial” - 5 eventos	Presencial	20	72
Curso “Formatação e Estruturação de Acórdãos”	Presencial	6	11
Curso “Gerenciamento de Conflito” - Turma 4	Presencial	4	16
Curso “Adm. das Finanças Pessoais - PPA - Programa para Aposentadoria”	Presencial	2	12
Curso “Jovens Transformadores”	Presencial	14	22
Curso Jurídico - “Lei Maria da Penha: a violência contra a mulher no contexto jurisdicional”	Presencial	6	24
Curso Jurídico - “O Instituto da Adoção no Direito Brasileiro: limites e possibilidades em debate”	Presencial	6	19
Curso para “Postulantes à Adoção” - 4ª Turma	Presencial	69	277
Curso “Preparatório para Participação no Projeto Experimental do Teletrabalho” - 6 eventos	Presencial	72	211
Curso “Princípios e Métodos Pedagógicos para a Formação Profissional no TJMG”	Presencial	14	36
Curso “Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância” - turma 1 e 2	Presencial	24	87
Curso Regional “Preparatório para Pretendentes à Adoção”	Presencial	8	36
Curso “Repensando Gênero” - 4 eventos	Presencial	24	46
Curso “Rotinas de Secretaria da Área Judiciária - DIRSUP”	EAD	20	103
Curso “Violência Doméstica e Relações de Trabalho dos Assistentes Sociais Judiciais com o TJMG: conquistas, entraves e dimensão ética dos conflitos”	Presencial	3	26
Curso “Capacitação - Equipe de Projetos”	Presencial	4	6
Curso “Atitudes no Trabalho - Uma Construção de Todos - NUDHS / 9ª V. Cível”	Presencial	4	8

Coordenação de Formação Permanente do Interior - COFINT			
Nome da Ação Educacional	Modalidade	CH	Nº de Participantes
Curso "O Protagonismo do Assistente Social na Construção do Campo Sociojurídico"	Presencial	5	9
I Seminário da Central de Serviço Social e Psicologia do Fórum Lafayette - "Desafios à interdisciplinaridade no Judiciário: novas demandas, novos olhares"	Presencial	8	166
"III Curso de Preparação para Habilitação em Adoção - Itabira"	Presencial		42
"III Encontro de Preparação para Pretendentes à Adoção"	Presencial	7	62
"IV Encontro de Parentalidade e Adoção e I Simpósio de Acolhimento Familiar"	Presencial	14	172
Oficina de Capacitação Humano-Social - "Autoconhecimento: entendimento do perfil mental e comportamental como melhoria de resultados"	Presencial	4	44
Oficina de "Jornalismo Digital"	Presencial	10	22
Oficina de "Técnicas de Mediação" - 2 eventos	Presencial	13	44
Palestra "Métodos Ágeis"	Presencial	2	41
Palestra "Administração das Finanças Pessoais - PPA"	Presencial	3	20
Palestra "Empreendedorismo na Maturidade - Programa de Preparação para a Aposentadoria - PPA"	Presencial	2	20
Programa "Ser e Conviver - Uberlândia"	Presencial	10	15
Programa "Servidor Integrado - Serin" - Módulo Institucional - EAD - Turma 2	EAD	17	76
Seminário de Ensino do PAI-PJ: "Empuxo à mulher"; "A forclusão do Nome do Pai seria inseparável do empuxo-à-mulher?"; "Crime, loucura e responsabilidade"; "Forclusão do Nome do Pai"; "Quais fundamentos nos permitem pensar a	Presencial	18	277

Coordenação de Formação Permanente do Interior - COFINT			
Nome da Ação Educacional	Modalidade	CH	Nº de Participantes
responsabilidade como uma condição humana na filosofia do Direito?"; "Transferência na neurose e na psicose"			
"Seminário PLS"	Presencial	8	109
"Treinamento em Círculos de Construção de Paz"	Presencial	24	21
"Treinamento sobre o Sistema Themis" - 21 eventos	Presencial	65	133
"Treinamento Vivencial em Processos Circulares"	Presencial	32	21
<i>Workshop</i> - "Gerenciamento de Mudanças e Problemas" - Turmas 1, 2 e 3	Presencial	12	47
<i>Workshop</i> - "Nivelamento de Conceitos de Gestão de Serviços - DIRFOR" - 2 turmas	Presencial	4	18
<i>Workshop</i> com os Gestores da DIRDEP - "Contribuições para o projeto-político pedagógico da EJEJF"	Presencial	8	18
<i>Workshop</i> - "Comunicação Colaborativa"	Presencial	8	42
" <i>Workshop</i> da COJUR"	Presencial	10	13
<i>Workshop</i> - "Direito Sistêmico"	Presencial	8	15
<i>Workshop</i> - "Nivelamento de Conceitos de Gestão de Serviços - DIRFOR" - 2 turmas	Presencial	12	51
<i>World Cafe</i> - "Aspectos Práticos da Execução Penal"	Presencial	6	29
"X Encontro dos Profissionais dos Polos Regionais de Saúde do TJMG"	Presencial	9	14
"XVII Encontro de Gestores da 1ª Instância Capital e Região Metropolitana"	Presencial	4	263

In Memoriam

Mariângela da Penha Mazôco Leão chegou ao TJMG em 21 de junho de 1985, tendo tomado posse no cargo efetivo de Oficial Judiciário.

Não demorou muito e lá estava a *Menina dos Cachinhos Dourados* compondo a equipe instalada nas salas do Palácio do Tribunal de Minas para fomentar as atividades da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, estruturando a seleção e a formação inicial de magistrados.

Com a EJEJF, seguiu para a Casa da Rua Timbiras, onde abraçou ainda mais as ações para os magistrados recém-chegados à carreira. Mais tarde, juntou-se à equipe da EJEJF no Edifício Mirafiori, onde a Escola passou a realizar as suas atividades para magistrados, servidores e colaboradores da Justiça. Agregou ao seu fazer a preparação dos concursos da magistratura e do extrajudicial, do programa de estagiários e da formação inicial dos servidores. Tempos depois, liderou a formação permanente de servidores da capital e do interior do estado.

Psicóloga de profissão, sempre esteve atenta à formação humanística das ações que gerenciava. Fortaleceu o Acompanhamento Psicossocial para os magistrados em início de carreira e impulsionou a criação do Módulo Humano-Social para o Programa Servidor Integrado (SERIN), movida pela vontade de que a EJEJF continuasse oferecendo aos novos servidores uma contribuição para o desenvolvimento profissional e pessoal.

Em 20 de março de 2018, a nossa querida Mariângela foi brilhar na eternidade e deixou uma enorme saudade por toda a EJEJF.

Durante um tempo da gestão do Superintendente Desembargador Wagner Wilson, com a presença e o saber da Mariângela, demos continuidade aos trabalhos da EJEJF já estruturados ao longo da história e inovamos, no que foi necessário, para conduzir a Escola à contemporaneidade.

Concluimos as ações relatadas no presente *Relatório de Gestão* na ausência e nas lembranças que inundaram a nossa Escola.

Contudo, tivemos a Graça de festejar com a Mariângela a justa homenagem concedida pela Superintendência da EJEJF na comemoração dos 40 anos da EJEJF. Primeira servidora a ser agraciada com tamanha honradez, juntamos os nossos corações ao coração da *Menina dos Cachinhos Dourados* e celebramos a oportunidade de experimentar o reconhecimento pelo trabalho realizado e o pertencimento à Instituição.

Com a nossa eterna gratidão à Mariângela, pela amizade, pelos ensinamentos e pelo amor dedicado à Escola e aos que por ela passaram, dedicamos o trabalho realizado e o afeto empregado para que as ações registradas no *Relatório de Gestão 2016-2018* se concretizassem.

Equipe da EJEJF



DIRETORIA EXECUTIVA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL - DIRGED

• Gerência de Arquivo e Tratamento da Informação Documental - GEARQ

Todas as ações da Gerência de Arquivo e Tratamento da Informação Documental (GEARQ) impactam positivamente o uso dos espaços do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Os arquivos e até os locais de trabalho em Secretarias de Juízo são otimizados de forma continuada com o avanço da Gestão de Documentos. Tomando por base o cálculo comumente utilizado no órgão para projetar arquivos, chega-se ao total aproximado de 3.068m² de espaço liberado nos arquivos do TJMG.

Eliminação de documentos judiciais da 1ª Instância

Foram publicados 24 Editais de Ciência de Eliminação de Documentos Judiciais. Integrou o procedimento para eliminação a coleta de, aproximadamente, 71.901 caixas-arquivo do interior. Foram descartados mais de 2.589.222 processos judiciais findos.

Eliminação de documentos administrativos da 1ª Instância

Devido à melhoria de estrutura e de equipe, foi possível implementar e promover o avanço da eliminação de documentos administrativos da 1ª Instância, mediante orientação da DIRGED. Após interlocução com técnicos do setor, foram eliminados, aproximadamente, 2.067 caixas-arquivo, ou 310,5m lineares de documentos administrativos nas próprias comarcas produtoras, ensejando melhoria de uso do espaço.

Auxílio para organização dos documentos *in loco*

Considerando as dificuldades detectadas em algumas localidades na Gestão de Documentos, a DIRGED disponibilizou, temporariamente, auxiliares de arquivo para ajudar na efetivação dessa tarefa em cinco comarcas.

Interação permanente

Ocorreram intervenções em 79 comarcas, entre prevenção, demandas e orientação. Em decorrência da gestão de documentos, todos os pedidos de novas locações para arquivo

foram negados, no total de 33. Além disso, houve a devolução de imóveis alugados para arquivo em cinco comarcas e foram realizadas forças-tarefa para transferência e organização de acervos em outras sete comarcas, o que gerou redução de espaço e de custos com arquivo.

Lei de acesso à informação

Atendendo aos ditames da Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011, com destaque para a transparência e a publicidade efetiva dos dados recebidos e produzidos em Órgãos Públicos, foi conferido acesso a documentos da Instituição para embasamento de dois trabalhos de pesquisa científica.

Arquivo Central

Foram transferidas ao Arquivo Central cerca de 183.429 caixas-arquivo e acrescidos os acervos de seis comarcas para gerenciamento direto pelo setor.

Responsabilidade socioambiental

A eliminação ocorre mediante rigorosos critérios de responsabilidade social e preservação ambiental. Os 631.406Kg de papel/papelão, doados à *Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE)*, foram regularmente descartados por fragmentação mecânica, sem poluir o meio ambiente.

- **Gerência de Biblioteca, Pesquisa e Informação Especializada - GEDOC**

Coordenação de Arquivo Permanente - COARPE

O Arquivo Permanente do TJMG foi estruturado recentemente. Ganhou sede própria em 30/8/2016.

Seu acervo, hoje, basicamente, é composto por documentos oriundos da guarda amostral originada pelo processo de eliminação documental e ainda por aqueles do corte cronológico definido pelo Ofício Circular nº 159/2014/2º GAVIP.

Nos últimos dois anos, foi recolhido o acervo de 49 comarcas, totalizando quase **14.000 caixas** do tipo arquivo com documentos judiciais e administrativos. No mesmo período, foram recolhidos **livros de acórdãos** antes armazenados na Coordenação de Arquivo, além de **1.007 caixas** da guarda amostral originada pela eliminação documental. Ao todo, encontram-se sob guarda do Arquivo Permanente cerca de **15.000 caixas** do tipo arquivo com documentos judiciais e administrativos.

Busca-se com o recolhimento, em um primeiro momento, estabilizar os documentos que guardam a história do Judiciário Mineiro. O acervo documental definido pelo corte cronológico apresenta-se como o mais sensível e carente de pronta atuação para que seu conteúdo não se perca pelo desgaste natural do suporte em que foi produzido (papel) e em decorrência das deficiências em seu armazenamento e conservação pelas comarcas e setores administrativos do TJMG.

Como o acervo ainda se encontra em fase de formação, decidiu-se pela capacitação da equipe da COARPE, para que, neste primeiro momento, realize intervenções básicas nos documentos, que são conferidos, higienizados, cadastrados e endereçados. Somente depois dessas intervenções, é que são armazenados em situação que lhes garanta maior longevidade em comparação com aquela em que se encontravam nas comarcas de origem. A equipe da COARPE também presta orientações prévias quanto à preparação dos documentos para o recolhimento, além de deslocar-se pessoalmente às comarcas para a retirada do acervo.

Finalizado o processo de recolhimento do acervo abrangido pelo corte cronológico, estimado como existente em 157 comarcas, vislumbra-se a possibilidade de início de atividade mais analítica e focada na descrição do acervo, formação dos fundos e outras atividades típicas dos arquivos permanentes, voltadas ao pleno acesso ao seu conteúdo pelo público interessado (pesquisadores, estudantes e população em geral).

Coordenação de Arquivo - COARQ

A COARQ revisou seus fluxos de trabalho, com foco especialmente nas atividades de avaliação documental, eliminação e inventariamento do seu acervo.

Foram estabelecidas como prioridades do setor a estabilização da rotina de avaliação e a eliminação de massa documental que, transferida ao arquivo, já tenha cumprido sua temporalidade.

Como reflexo dessa mudança, no período compreendido entre 2016 e 2017, foram publicados sete editais de eliminação (seis administrativos e um judicial), com destaque para o início da eliminação da “Classe Mandados de Segurança”.

O acervo eliminado a partir de tais editais possibilitou a liberação de espaço no arquivo, garantindo a continuidade do atendimento dos setores para recepção de documentos que devam cumprir sua temporalidade no prazo intermediário. A COARQ conseguiu atender a todos os pedidos de transferência de documentos feitos pelas inúmeras áreas do TJMG. Em paralelo, atendeu a quase 6.000 solicitações de acesso a documentos arquivados.

Serviço de Arquivo Corrente - SAC

O SAC surgiu a partir de uma série de demandas das unidades administrativas, evidenciadas pelas mudanças físicas dos setores. A equipe da GEDOC, composta por profissional da área de Arquivologia e estagiários, dirige-se às áreas com o intuito de otimizar a ocupação dos espaços e melhorar o acesso à informação produzida pelo setor por meio da aplicação das melhores técnicas da Arquivologia.

A atuação da equipe abrange:

- Triagem das cópias e dos documentos originais;
- Separação do acervo por ano de produção ou arquivamento;
- Classificação de acordo com PCTT;
- Procedimentos de eliminação: listagem, edital e termo de eliminação;
- Padronização do método de arquivamento, identificação, legendas com classificação;

- Organização do acervo e mobiliários destinados à guarda de materiais, dentre outros;
- Revisão de fluxos e procedimentos para produção documental.

Após o atendimento à área, são estes os benefícios auferidos pelo SAC:

- Ganho de espaço;
- Padronização do acesso à informação;
- Melhoria do ambiente de trabalho;
- Redução de custos com mobiliário e materiais;
- Conscientização das áreas sobre boas práticas de gestão documental;
- Capacitação e continuidade das rotinas de gestão documental pelos integrantes do setor.

Sistema Eletrônico de Informações - SEI!

Em 26/7/2016, o TJMG firmou Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica estabelecido entre o Conselho dos Tribunais de Justiça e o TRF da 4ª Região, o que viabilizou a implantação do SEI! na instituição.

Em 1º/12/2016, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI!) foi implantado no TJMG a partir da publicação da Portaria Conjunta nº 593/PR/2016, que normatizou sua utilização, inicialmente pela Presidência e Corregedoria-Geral de Justiça. Em 1º/11/2017, foi concluída sua implantação, com a expansão do sistema para todas as comarcas do interior de Minas Gerais. Ou seja, em menos de um ano, o SEI! foi implantado em todo o Tribunal.

Foram capacitados pela GEDOC, presencialmente, **quase 700 usuários** do sistema como multiplicadores, entre servidores e terceirizados. Foram ministradas duas palestras motivacionais previamente à implantação, que atingiram cerca de **280 gestores** da instituição. Entre junho/2017 e março/2018, foram ofertadas 14.000 vagas de capacitação via ensino a distância, dessas, 11.000 foram direcionadas aos servidores e magistrados do interior do Estado. O conteúdo desse Curso (vídeos, exercícios e atividades práticas) foi desenvolvido pela equipe da GEDOC, com o suporte técnico da DIRDEP/CETEC.

Status atual do sistema no TJMG:

➤ 110.183 processos criados, sendo que 53.125 permanecem ativos;

Obs.: 36.300 processos criados para receber as pastas funcionais de servidores e magistrados.

➤ 282.790 documentos criados (nato-digitais) e 219.243 documentos externos inseridos no sistema;

➤ 24.922 usuários ativos;

➤ 4.143 unidades;

➤ Atendimento telefônico, suporte remoto: 4.915 entre janeiro e novembro de 2017.

Com a implantação do SEI! no TJMG, houve grande mudança na tramitação dos processos administrativos da instituição, podendo-se destacar:

- ◆ **Libertação** do paradigma do *papel* como suporte físico para documentos institucionais;
- ◆ **Transparência** proporcionada pela visibilidade e acompanhamento do processo pelos usuários;
- ◆ **Agilidade** na tramitação e resolução das demandas, decorrentes da atuação simultânea das unidades e usuários nos processos, encurtando distâncias e o processo decisório;
- ◆ **Redução** de custos relacionados a transporte de documentos (correios, veículos, mão de obra) e de insumos para impressão;
- ◆ **Melhoria da qualidade do ambiente físico de trabalho**, pela ausência do grande volume de processos e de papéis sobre as mesas dos colaboradores;
- ◆ **Aproximação** entre o interior e a capital.

- **Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas - GEJUR**

Unidades de Biblioteca

As unidades físicas da biblioteca do Tribunal processaram 20.929 empréstimos de livros. Foram adquiridos 2.356 exemplares novos de livros para o acervo, tendo um investimento total de R\$101.002,97. Foram processadas 28 assinaturas de vários títulos de periódicos e bases de dados a um custo de R\$558.455,04.

O sistema de biblioteca ganhou nova atualização para oferecer a seu público a consulta ao acervo e renovação de empréstimos pelo *smartphone* ou *tablet*.

A fim de agilizar o acesso integral ao acervo bibliográfico impresso do Tribunal, houve a unificação das unidades Goiás e Raja Gabágliã. No edifício sede, foi criado o novíssimo “Centro de Leitura e Informação” no 8º andar. Essa nova unidade fornece acesso aos títulos mais consultados da biblioteca e, ainda, a possibilidade de empréstimo e devolução de livros por malotes diários da unidade principal (Goiás). No novo espaço, são oferecidos, ainda, acervo de literatura e biografia nacional e estrangeira, sala de estudos, sala de jornais, revistas, TV com a veiculação diária de canais de notícias e a TV Justiça.

Biblioteca Digital

Nesta gestão, foram incluídos, aproximadamente, 800 novos itens no acervo público da biblioteca digital e feitas várias ações de divulgação das bases de dados assinadas, com informes na Rede TJMG, envios de *e-mail marketing* a toda a lista de *e-mails* do TJMG, envios de ofícios e distribuição de brindes de divulgação, como *mousepads* e canetas, a todos os magistrados do Tribunal.

Visando enriquecer o acervo de *e-books* de editoras, disponíveis a todo o Tribunal na plataforma, foi feita a assinatura de mais uma reconhecida fonte de conteúdo jurídico nacional: a base de dados RT Proview da Editora Revista dos Tribunais, que oferece acesso à íntegra de mais de 800 títulos de livros de renomados autores da editora.

Atos Normativos

Foram incluídos 788 atos normativos referentes às normas da Secretaria do TJMG. Além disso, foram incluídos todos os atos normativos referentes aos Juizados Especiais.

Artigos Jurídicos

Importantes para os debates das grandes questões jurídicas e para o conhecimento geral do Direito, contribuem para as decisões e julgados de primeiro e segundo graus. Nesta gestão, foram publicados 27 artigos jurídicos no *site* do TJMG e 12 na *Revista Jurisprudência Mineira*.

Boletim de Jurisprudência

Divulgação eletrônica quinzenal elaborada a partir de decisões do Órgão Especial e das Seções Cíveis e Criminais do TJMG, bem como julgados e súmulas dos Tribunais Superiores com matérias relacionadas à competência da Justiça estadual. No período desta gestão, foram publicadas 47 edições do Boletim de Jurisprudência (números 142 a 188), as quais foram enviadas por e-mail para mais de 4.000 assinantes.

Colaboração em processos de IRDR e IAC

Pesquisa acerca das divergências entre Câmaras Cíveis ou Criminais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para subsidiar demandas repetitivas (IRDR e IAC). Foram atendidas 20 pesquisas específicas, de julho de 2016 a abril de 2018.

Diário do Judiciário Eletrônico - DJe

Publicação da íntegra de acórdãos selecionados no *Diário do Judiciário eletrônico*. Às terças-feiras são publicados dois acórdãos cíveis; e às quintas-feiras, um acórdão cível e um criminal. Nesta gestão, foram publicados 642 acórdãos.

Gotas da Língua Portuguesa

A fim de apresentarmos informações gramaticais segundo a técnica do Português Instrumental, com ênfase nos recursos da língua mais utilizados no dia a dia das atividades do Tribunal, foram publicadas 45 edições do *Gotas da Língua Portuguesa* (números 82 a 126).

Informações em ADIs e Incidentes de Inconstitucionalidade

Pesquisa de precedentes para prestar informações solicitadas nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade e Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade, sobre a existência ou não de processos do Órgão Especial em andamento ou julgados referentes ao mesmo tema. De julho de 2016 a abril de 2018, foram prestadas 483 informações.

Jornal Estado de Minas

Publicação mensal, de ementas de acórdãos cíveis e criminais selecionadas, no caderno *O Judiciário e o Cidadão* do Jornal Estado de Minas. Nesta gestão, foram publicadas 36 ementas.

Judicialização da saúde

Disponibilização de notas, respostas e pareceres técnicos da área de saúde na Biblioteca Digital, assim como a manutenção do Fórum da Saúde de Minas Gerais, no portal da EJEJF. Nos dois anos de gestão, foram disponibilizadas 313 novas notas e respostas técnicas na Biblioteca Digital e enviadas várias respostas por *e-mail* aos magistrados.

Julgados em Números

Com a proposta de fazer análise estatístico-jurídica acerca de temática preestabelecida, relevante, temporal ou midiática, com base no número de acórdãos proferidos pelo

Tribunal de Justiça, foi lançado o informe *Julgados em Números*. O primeiro número foi publicado em abril de 2018. É uma publicação trimestral, que faz uma análise jurisprudencial quantitativa. A equipe de técnicos da Gerência de Jurisprudência, com o apoio de técnico estatístico, extrai e faz a tabulação dos dados pesquisados. Essa publicação direciona-se ao público interno e externo.

NAT-JUS

Criado pela publicação da Portaria-Conjunta da Presidência nº 643/2017, que regulamentou os Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário para as demandas de saúde - NAT-JUS. Atende às solicitações de notas e respostas técnicas, para auxiliar magistrados nos processos que versam sobre direito à saúde pública. De maio de 2017 a abril de 2018, foram atendidas 480 solicitações.

Pesquisas para subsidiar decisões de 1ª e 2ª Instâncias

Em nossa área de informação e jurisprudência, foram atendidas 854 demandas de magistrados, assessores e gestores do Tribunal, relativas a pesquisas de câmara, doutrinária, jurisprudencial e legislativa, as quais visam subsidiar decisões judiciais e/ou administrativas.

Revista Jurisprudência Mineira

Publicação do inteiro teor de acórdãos selecionados e aprovados pela Comissão de Divulgação da Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, bem como decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, além de doutrina e notas da Memória do Judiciário Mineiro. Nesta gestão, foram publicadas seis novas edições da Revista *Jurisprudência Mineira*.